

PIRATARIA: 173 MIL POSTOS DE TRABALHO POR ANO DEIXAM DE SER CRIADOS

Estamos diante de uma realidade cruel, em que bilhões de reais são movimentados na ilegalidade, inclusive pelo crime organizado. São recursos que poderiam ser investidos numa melhor qualidade de vida à população, por meio de programas sociais, de educação, de saúde, mas que são desviados pelo mercado ilegal.

Segundo levantamento da Oxford Economics, se considerarmos apenas o contrabando de cigarros aqui no Brasil, deixamos de criar 173 mil postos de trabalho por ano. Se não bastasse todas as mazelas enfrentadas pelo país nos últimos anos, sobretudo pela crise sem precedentes ocasionada pela pandemia de Covid-19, presenciamos a prosperidade da pirataria, tão nociva para o Brasil em todos os sentidos possíveis.

Um relatório realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que estamos entre os 16 países do mundo mais afetados pela pirataria e outros crimes relacionados à propriedade intelectual. Estima-se que, no ano de 2021, mais de 2 bilhões e 600 milhões de produtos falsos foram apreendidos dentro de nossas fronteiras. Desses, mais de 3,3 milhões são de itens de telecom, apreendidos por falta de homologação pela Anatel.

Em 2020, as perdas foram ainda maiores. Segundo dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, o Brasil perdeu naquele ano cerca de R\$ 288 bilhões para o mercado ilegal. O valor é a soma das perdas registradas por 15 setores industriais e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados. Entre esses produtos, estão roupas, perfumes, remédios, plataformas de streaming, tv a cabo, cigarros e celulares.

Num país com dimensões continentais como o nosso, a dificuldade de se controlar fronteiras é uma realidade que obsta a solução desses problemas. Mas, dentre as soluções possíveis, podemos contar com a educação e a propagação da informação, ferramentas que se mostram bastante eficazes para melhorar esse cenário, mesmo que os resultados venham a longo prazo. Vale ainda registrar que, de forma imediata, podemos atuar em reformas estruturais, principalmente na área tributária, incentivando quem produz dentro da legalidade. Dessa forma, poderemos promover um melhor ambiente de negócios, gerando mais empregos e aumentando a renda do trabalhador brasileiro.

Existe desinformação por parte da população quanto aos produtos comercializados com o preço mais baixo. As pessoas compram sem questionar o valor

ético por trás dessa compra. Essa é uma prática já enraizada na nossa sociedade. Existe uma certa "aceitação" por esse produto, sem a preocupação de todos os malefícios que estão ocultos, na pirataria, no contrabando e em tudo mais que isso possa representar, tanto para a economia, quanto para a sociedade.

A comercialização crescente desses produtos ilegais no mercado afeta uma grande fatia da indústria nacional, prejudicando o crescimento econômico do país e consequentemente a geração de emprego e renda.

No Rio de Janeiro, um levantamento do IFec-RJ – Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises – mostrou que quase oito em cada dez pessoas admite ter comprado algum produto pirata ao longo da vida e, ainda mais, 77,9% da população fluminense também admite já ter comprado. São números bastante expressivos!

É preciso medidas enérgicas, com a soma de esforços que vão, desde a realização de campanhas e a disseminação de informações ao público, a operações efetivas de autoridades, seja em torno de produtos piratas, contrabandeados ou ilegais, conscientizando e mudando conceitos enraizados na sociedade em torno dessa grande ameaça que nos rodeia há tanto tempo.

Irini Tsouroutsoglou¹ é presidente do Conselho Empresarial de Competitividade, Ambiente de Negócios e Agronegócio da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

¹Presidente do Conselho Empresarial de Competitividade, Ambiente de Negócios e Agronegócio da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).